

O direito à literatura, à luz de Antonio Candido: considerações acerca da leitura e da literatura no Ensino Médio

The right to literature in the light of Antonio Candido: considerations about reading and literature in high school

DOI:10.18226/21784612.v30.e025023

Claudia Vanessa Bergamini¹

Esther Hermes Lück²

Resumo: Neste artigo, discute-se a leitura e o ensino de literatura no ensino médio brasileiro a partir da concepção de Antonio Candido sobre o direito à literatura. O pensamento de Candido é relacionado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que orienta o currículo do ensino médio e estabelece competências e habilidades voltadas à democratização da educação. A BNCC reconhece a importância da literatura como linguagem artística que amplia a visão de mundo e contribui para a formação crítica e criativa dos estudantes. Nela, a leitura literária é central, sendo articulada aos campos artístico-literário e de práticas de estudo e pesquisa, que promovem tanto o contato estético com as obras quanto o desenvolvimento da autonomia intelectual e da curiosidade científica. Apesar dos avanços tecnológicos e do maior acesso aos textos digitais e às produções periféricas, persistem desigualdades sociais e educacionais que dificultam o acesso efetivo à leitura crítica. Dados recentes apontam baixos índices de proficiência em língua portuguesa entre estudantes do ensino médio, revelando a urgência de políticas públicas consistentes para o incentivo à leitura literária. Assim, defende-se que garantir o direito à literatura é também garantir uma educação emancipadora, capaz de formar cidadãos sensíveis, críticos e conscientes de seu papel social.

Palavras-chave: Direito à literatura. Leitura. Ensino médio. BNCC.

¹ Professora Doutora do Centro de Educação, Letras e Artes. Universidade Federal do Acre (UFAC). Professora Adjunto de Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas Universidade Federal do Acre (UFAC), Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Assis) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3528-7465>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2912524167886364>.

² Professora Doutora do Departamento de Ciência da Informação. Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4595-1497>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0928269555559235>.

Abstract: This article discusses reading and the teaching of literature in Brazilian high schools based on Antonio Candido's conception of the right to literature. Candido's thought is related to the guidelines of the National Common Curriculum Base (BNCC), a document that guides the high school curriculum and establishes competencies and skills aimed at the democratization of education. The BNCC recognizes the importance of literature as an artistic language that broadens worldviews and contributes to the critical and creative development of students. Literary reading is central to the BNCC, being articulated with the artistic-literary fields and with study and research practices that promote both aesthetic contact with works and the development of intellectual autonomy and scientific curiosity. Despite technological advances and greater access to digital texts and peripheral productions, social and educational inequalities persist, hindering effective access to critical reading. Recent data indicate low levels of proficiency in Portuguese among high school students, revealing the urgency of consistent public policies to encourage literary reading. Thus, it is argued that guaranteeing the right to literature is also guaranteeing an emancipatory education, capable of forming sensitive, critical citizens who are aware of their social role.

Keywords: Right to literature. Reading. High School. BNCC.

Introdução

Em 1988, por solicitação da faculdade de direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, Antonio Candido realizou uma palestra memorável, que se tornou texto referência para os debates a respeito da educação literária no Brasil. Intitulada “O direito à literatura” (Candido, 2011), a palestra abordou questões a respeito da leitura em geral e da leitura dos clássicos, relacionando-as com os direitos humanos.

Na ocasião, Candido assim se posicionou:

a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas comunicáveis, dando lugar a dois tipos comunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável (Candido, 2011, p. 193).

Candido expressa uma concepção humanista e democrática da cultura, articulando o acesso à arte e à literatura como parte essencial dos direitos humanos. Ao afirmar que a luta por esses direitos inclui a luta por condições que permitam o acesso aos diferentes níveis da cultura, o autor defende que a formação estética e intelectual não deve ser privilégio de uma elite, mas um direito universal. A cultura, em todas as suas formas, deve circular de modo democrático, favorecendo o diálogo entre os diversos estratos sociais, e promover a humanização do sujeito — conceito central de sua fala.

Por um lado, Candido afirma que a literatura corresponde a uma necessidade universal³ que deve ser atendida “sob a pena de mutilar a personalidade porque, pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo, ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza” (Candido, 2011, p. 188). Com essa afirmação, ele quer nos dizer que o acesso à boa literatura, seja clássica, erudita ou popular, tem alcance universal e a oportunidade de ser lida por todos é requisito essencial para a humanização do homem. Assevera, ainda, que a fruição desse bem humanizador não pode ser restrita a uma determinada classe social. A sociedade que segrega em camadas seu povo e lhe nega a fruição da literatura impede a difusão dos produtos culturais e confina o povo a apenas uma parte da cultura. Com essa explicação, compreendemos melhor a expressão “efeito mutilador” da segregação cultural segundo as classes sociais compreendidas na fala do autor.

Por outro lado, Candido (2011) reconhece na literatura um poderoso instrumento de desmascaramento da segregação cultural pelo fato de poder tratar de situações de restrição ou negação dos direitos apresentadas de variadas formas literárias, subentendidas ou diretas, tais como as encontramos na realidade e em qualquer época.

Os exemplos trazidos pelo autor continuam atuais. Candido menciona o livro *Os miseráveis*, de Victor Hugo, como um dos romances característicos do humanismo romântico, no qual a ideia de que a pobreza, a ignorância e a opressão geram o crime. Assim,

³ “Necessidade universal”, entendida aqui como necessidade sem a qual o homem não pode viver, equiparando-a aos outros direitos universais, pelo fato de ser um bem humanizador, e a sua ausência torna o homem um ser incompleto (Candido, 2011, p. 188.).

de modo incontestável, o escritor francês retrata as contradições da sociedade expondo uma série de problemas graves da época.

De denúncias retóricas ou de mera descrição, vemos, no Brasil, sobretudo a partir do século XX, intensificado pela Semana de Arte Moderna, uma literatura com críticas intensas, implícitas – a exemplo da produção de Graciliano Ramos, ou explícitas, como em Jorge Amado, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Érico Veríssimo, Marques Rebelo, Lima Barreto, e tantos outros autores –, que se constituiu em uma verdadeira onda de desmascaramento social das mazelas da sociedade brasileira.

Os escritores citados, já canonizados na literatura brasileira, e outros da literatura contemporânea que a eles se alinham, resistem e são atuais. São a prova cabal de que a preocupação com o que veio a ser estabelecido como direitos humanos na contemporaneidade pode ter na literatura uma das inspirações mais consequentes, guardadas as devidas proporções de contexto e de época em que foram produzidos. Esses, e tantos outros, mais ou menos conhecidos, são escritores empenhados em expor e denunciar a exploração econômica, a marginalização, a miséria, a opressão, que os tornam partícipes de uma luta pelos direitos humanos (Candido, 2011). E, sem dúvida, privar um povo de sua leitura é condená-lo à ignorância de tal riqueza produzida pelos homens e para os homens, e a possibilidade de, por meio do acesso à leitura e do acesso aos bens culturais, conhecer outras realidades e confrontá-las com a sua. Ao ser capaz de construir e produzir conhecimento para a sua existência, o desenvolvimento da capacidade de leitura analítico-crítica da realidade prepara o cidadão a não ser facilmente cooptado por interesses outros que não os seus.

Passados quase 40 anos da fala de Candido, o acesso à literatura conta com avanços significativos e, paradoxalmente, com persistentes desigualdades. As tecnologias digitais e os novos meios de publicação ampliaram o alcance dos textos literários. Plataformas virtuais, bibliotecas digitais e *e-books* democratizaram o acesso, permitindo que leitores de diferentes contextos sociais tenham contato com obras antes restritas a circuitos acadêmicos ou editoriais limitados. Além disso, há um crescente incentivo à produção literária independente, com autores periféricos, indígenas,

negros e LGBTQIA+ conquistando visibilidade e diversificando o cânone tradicional.

Essa ampliação, porém, não elimina os desníveis socioeconômicos e educacionais que ainda limitam o acesso real e crítico à literatura. A leitura literária continua concentrada em grupos com maior escolaridade, e as políticas públicas de incentivo à leitura — como bibliotecas comunitárias, programas de distribuição de livros e formação de mediadores de leitura — são muitas vezes insuficientes ou descontinuadas. Além disso, o predomínio da cultura de massa e das mídias digitais rápidas tem deslocado o tempo e o espaço da leitura literária, exigindo novas estratégias de mediação e valorização da literatura como experiência de reflexão, sensibilidade e linguagem.

Daí a necessidade de se pensar a literatura dentro do âmbito escolar, em especial no ensino médio, tema para o qual se volta este artigo, discutindo as políticas públicas de fomento ao ensino de literatura e, sobretudo, de incentivo à leitura no ensino médio.

A BNCC e orientações relativas ao ensino da leitura e da literatura no ensino médio brasileiro

Introduzimos a discussão aqui proposta traçando a relação entre a literatura e os direitos humanos, para tanto, valemo-nos da fala de Candido (2011), em que assevera ser o acesso à literatura, seja erudita ou popular, um dos direitos humanos fundamentais. Não custa reiterar que direitos humanos têm um pressuposto, qual seja, o de reconhecer que aquilo que é considerado indispensável e sem o qual não se pode viver dignamente, também, o é indispensável para o outro. E Candido enfatiza que “é necessário um grande esforço de educação e autoeducação a fim de reconhecermos sinceramente este postulado” (Candido, 2021, p. 174).

E sendo o direito à educação um dos direitos fundamentais do homem, pretendemos discutir as diretrizes sobre o ensino e a leitura da literatura, tal como a definiu Candido, preconizados na Base Nacional Curricular Comum para o ensino médio, doravante nomeado de BNCC. Trata-se de uma política pública que orienta o sistema de ensino, a oferecer um currículo que prime pela qualidade para que todos os estudantes da educação básica possam atingir as

competências e habilidades necessárias para a vida de um cidadão pleno. O desenvolvimento de competências e habilidades básicas comuns a todos os brasileiros é uma garantia de democratização da educação.

Os marcos legais que embasam a BNCC são, inicialmente, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, amplamente conhecido sobre o direito à educação, compartilhado entre o Estado, a família e a sociedade. No seu artigo 210, apresenta a necessidade de que sejam estabelecidos conteúdos mínimos para garantir a formação básica comum, assim como o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (Brasil, 1988, online).

Seguida da Constituição, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, promulgada em 1996, que em seu artigo 9º, alínea IV, afirma que cabe à União:

estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (Brasil, 1996, p. 4).

Os artigos 35º e 36º da LDB tratam do ensino médio. Em 2017, com a alteração da LDB pela Lei nº 13.415/2017, foi incorporada ao artigo 35º a instituição da BNCC com quatro grandes áreas de conhecimento, a saber, Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Brasil, 2017, p. 1). Referida lei estabeleceu, também, que caberia ao Conselho Nacional de Educação (CNE) traçar as diretrizes para a sua efetivação, ao definir direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio.

Outra alteração efetuada na LDB foi, em seu artigo 36º, no qual acrescentou, além da instituição da BNCC, que as diretrizes do ensino médio deverão fornecer diferentes itinerários formativos aos estudantes, por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares e das respectivas competências e habilidades a serem estabelecidos em cada sistema de ensino, de acordo com suas possibilidades e relevância para o contexto local (Brasil, 2017, p. 2).

Homologada pelo MEC em 14 de dezembro de 2018, a BNCC é definida como:

Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2018, p. 7, *grifo nosso*).

Com base na convicção de que “todos os estudantes podem aprender e alcançar seus objetivos, independentemente de suas características pessoais, seus percursos e suas histórias” (Brasil, 2018, p. 463), a BNCC recomenda que as escolas assumam o compromisso de:

garantir o protagonismo dos estudantes em sua aprendizagem e o desenvolvimento de suas capacidades de abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação, essenciais à sua autonomia pessoal, profissional, intelectual e política (Brasil, 2018, p. 465).

Para a BNCC, o conceito de competências consiste na mobilização de conhecimentos que permitem aos alunos elaborarem conceitos e procedimentos, e as habilidades são definidas como “atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p. 8). O desenvolvimento das habilidades permite aos alunos realizarem as práticas, tanto cognitivas como socioemocionais, à medida que vão adquirindo as competências.

Dentre as competências gerais para a educação básica, destacamos as que mantêm relação com o objeto deste estudo, que são as competências ligadas à leitura e à leitura da literatura, competências essas afetas à área de Linguagens e suas Tecnologias. Conforme abordado pela BNCC, o foco dessa área incide em:

ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; e no uso criativo das diversas mídias (Brasil, 2018, p. 471).

No que concerne às competências específicas, que são sete, encontramos afinidade com o objeto de pesquisa na competência específica nº6, relativa à área de Linguagens e suas Tecnologias, que propõe que os alunos sejam capazes de:

Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re) construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas (Brasil, 2018, p. 496).

Essa competência específica pressupõe que os estudantes possam entrar em contato com as diferentes:

manifestações artísticas e culturais locais e globais, tanto valorizadas e canônicas como populares e midiáticas, atuais e de outros tempos, sempre buscando analisar os critérios e as escolhas estéticas que organizam seus estilos, inclusive comparativamente, e levando em conta as mudanças históricas e culturais que caracterizam essas manifestações (Brasil, 2018, p. 496).

Ao verificar as habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes de ensino médio pertinentes à competência nº 6 mencionada, identificamos que as quatro elencadas têm grande afinidade com o objeto desta pesquisa, conforme pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1 – Habilidades da área Linguagem e suas tecnologias da BNCC – Ensino Médio.

HABILIDADES
(EM13LGG601) Apropriar-se do patrimônio artístico de diferentes tempos e lugares, compreendendo a sua diversidade, bem como os processos de legitimação das manifestações artísticas na sociedade, desenvolvendo visão crítica e histórica.
(EM13LGG602) Fruir e apreciar esteticamente diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, assim como delas participar, de modo a aguçar continuamente a sensibilidade, a imaginação e a criatividade.
(EM13LGG603) Expressar-se e atuar em processos de criação autorais individuais e coletivos nas diferentes linguagens artísticas (artes visuais, audiovisual, dança, música e teatro) e nas intersecções entre elas, recorrendo a referências estéticas e culturais, conhecimentos de naturezas diversas (artísticos, históricos, sociais e políticos) e experiências individuais e coletivas.
(EM13LGG604) Relacionar as práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política e econômica e identificar o processo de construção histórica dessas práticas.

Fonte: Brasil, 2018, p. 496.

Ao elencar as habilidades acima, a BNCC tornou nítido o entendimento de que ao aluno, ao ser exposto às diferentes manifestações artísticas e culturais, é permitido desenvolver a sensibilidade, imaginação e criatividade imprescindíveis para compreender a realidade, participar de sua construção, apreciar esteticamente o patrimônio artístico e cultural de diferentes espaços e tempos e identificar as intersecções entre as diferentes linguagens. Isso significa considerar que a apropriação do patrimônio artístico e cultural da humanidade permite às pessoas entenderem melhor seu lugar no mundo e serem capazes de avaliar criticamente os diferentes contextos da vida em coletividade.

Complementando a reflexão acima, a BNCC ainda assinala que cabe ao ensino médio:

aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos, e alargar as referências estéticas, éticas e políticas que cercam a produção e recepção de discursos, ampliando as possibilidades de fruição, de construção e produção de conhecimentos, de compreensão crítica e intervenção na realidade e de participação social dos jovens, nos âmbitos da cidadania, do trabalho e dos estudos (Brasil, 2018, p. 498).

No que tange à literatura, a leitura do texto literário permanece nuclear no ensino médio. A BNCC reconhece que, mesmo que a cultura do impresso continue tendo centralidade na educação escolar, o lugar do texto literário foi, em grande parte, substituído, por força de certa simplificação didática, por outros gêneros artísticos como resumos e biografias de autores, histórias em quadrinhos, entre outros (Brasil, 2018, p. 499). Portanto, recoloca a leitura do texto literário como ponto de partida para o trabalho com a literatura associada à intensificação do seu diálogo com os estudantes.

Destacamos essa percepção inequívoca da BNCC, quando assevera:

Como linguagem artisticamente organizada, a literatura enriquece nossa percepção e nossa visão de mundo. Mediante arranjos especiais das palavras, ela cria um universo que nos permite aumentar nossa capacidade de ver e sentir. Nesse sentido, a literatura possibilita uma

ampliação da nossa visão do mundo, ajuda-nos não só a ver mais, mas a colocar em questão muito do que estamos vendo e vivenciando (Brasil, 2018, p. 499).

No entanto, o avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e seus impactos nas práticas sociais trouxe outro aspecto também considerado pela Base. A complexidade das práticas de linguagens e dos fenômenos sociais repercutem nos usos da linguagem. As novas práticas sociais de linguagem que emergem da cultura digital em que vivemos, como os multiletramentos e os novos letramentos⁴ e outras denominações, pressupõem o desenvolvimento de habilidades que valorizem esses novos letramentos, sem desvalorizar os de base tradicional. Ainda alerta, para que não haja equívoco na interpretação, que:

Não se trata de substituição ou de simples convivência de mídias, mas de levar em conta como a coexistência e a convergência das mídias transformam as próprias mídias e seus usos e potencializam novas possibilidades de construção de sentidos (Brasil, 2018, p. 499).

Para a progressão das aprendizagens adquiridas no ensino fundamental, a BNCC para o ensino médio leva em conta alguns aspectos, por exemplo, a ampliação de repertórios, considerando a diversidade cultural abrangida pelas produções e formas de expressão diversas no âmbito da literatura juvenil, o clássico, o popular, cultura de massas, culturas juvenis, por exemplo, e a inclusão de obras de tradição literária brasileiras, assim como obras mais complexas da literatura contemporânea (Brasil, 2018, p. 500).

E, para uma melhor compreensão da concepção da BNCC sobre as práticas de linguagem, a Base organizou a descrição das habilidades a serem alcançadas em cinco “campos de ação social”, que perpassam as sete competências específicas pertencentes à área de Linguagens e suas Tecnologias. Essa sistematização permite uma visão integrada das habilidades com as competências específicas e mais contextualizada dessas práticas no âmbito do ensino médio. Os “campos de ação social” das práticas de linguagem propostas

⁴ As práticas de leitura e produção de textos que são construídos a partir de diferentes linguagens ou semioses são consideradas práticas de multiletramentos, na medida em que exigem letramentos em diversas linguagens, como as visuais, as sonoras, as verbais e as corporais. Já os novos letramentos remetem a um conjunto de práticas específicas da mídia digital que operam a partir de uma nova mentalidade, regida por uma ética diferente (Brasil, 2018, p. 472).

pela Base são cinco: campo da vida pessoal; campo jornalístico-midiático; campo de atuação na vida pública; campo artístico-literário e campo das práticas de estudo e pesquisa. Merecem destaque os dois últimos campos por terem maior afinidade com a área de interesse deste artigo, os quais são os campos artístico-literário e o das práticas de estudo e pesquisa.

No campo artístico-literário, a Base definiu como objetivo principal levar os estudantes a aumentarem o seu repertório de leituras para que se tornem capazes de resgatar a historicidade dos textos, atualizar os sentidos das obras, compartilhá-las em redes sociais, para que sejam estimulados os diálogos entre obras, leitores, tempos históricos “em seus movimentos de manutenção da tradição e ruptura, suas tensões entre códigos estéticos e seus modos de apreensão da realidade” (Brasil, 2018, p. 523). Com isso, a BNCC almeja que “os leitores/fruidores possam também reconhecer na arte formas de crítica cultural e política, uma vez que toda obra expressa, inevitavelmente, uma visão de mundo e uma forma de conhecimento, por meio de sua construção estética” (Brasil, 2018, p. 523).

As habilidades do campo artístico-literário, elencadas no Quadro 2, evidenciam que a prática de leitura literária, bem como as outras linguagens, tem como finalidade permitir ao jovem adquirir a capacidade de resgatar a historicidade dos textos e seus movimentos de convergências e divergências com os códigos estéticos e com as diferentes leituras da realidade.

Quadro 2 – Habilidades do campo artístico-literário da BNCC – Ensino Médio.

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO	
PRÁTICAS Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica	
HABILIDADES	Competências específicas
(EM13LP46) Compartilhar sentidos construídos na leitura/escuta de textos literários, percebendo diferenças e eventuais tensões entre as formas pessoais e as coletivas de apreensão desses textos, para exercitar o diálogo cultural e aguçar a perspectiva crítica.	6

O direito à literatura, à luz de Antonio Candido: considerações acerca da leitura e da literatura no Ensino Médio

(EM13LP47) Participar de eventos (saraus, competições orais, audições, mostras, festivais, feiras culturais e literárias, rodas e clubes de leitura, cooperativas culturais, jograis, repentes, <i>slams</i> etc.), inclusive para socializar obras da própria autoria (poemas, contos e suas variedades, roteiros e microrroteiros, videominutos, <i>playlists</i> comentadas de música etc.) e/ou interpretar obras de outros, inserindo-se nas diferentes práticas culturais de seu tempo.	3, 6
(EM13LP48) Identificar assimilações, rupturas e permanências no processo de constituição da literatura brasileira e ao longo de sua trajetória, por meio da leitura e análise de obras fundamentais do cânone ocidental, em especial da literatura portuguesa, para perceber a historicidade de matrizes e procedimentos estéticos.	1, 6
(EM13LP49) Perceber as peculiaridades estruturais e estilísticas de diferentes gêneros literários (a apreensão pessoal do cotidiano nas crônicas, a manifestação livre e subjetiva do eu lírico diante do mundo nos poemas, a múltipla perspectiva da vida humana e social dos romances, a dimensão política e social de textos da literatura marginal e da periferia etc.) para experimentar os diferentes ângulos de apreensão do indivíduo e do mundo pela literatura.	1, 6
(EM13LP50) Analisar relações intertextuais e interdiscursivas entre obras de diferentes autores e gêneros literários de um mesmo momento histórico e de momentos históricos diversos, explorando os modos como a literatura e as artes em geral se constituem, dialogam e se retroalimentam.	6
(EM13LP51) Selecionar obras do repertório artístico-literário contemporâneo à disposição segundo suas predileções, de modo a constituir um acervo pessoal e dele se apropriar para se inserir e intervir com autonomia e criticidade no meio cultural.	3

Fonte: Brasil, 2018, p. 525.

Já o campo das práticas de estudo e pesquisa, a Base destaca a necessidade do fomento à curiosidade intelectual do estudante e o desenvolvimento da autonomia de estudo e de pensamento, para que ele possa ser capaz de articular, de forma significativa, as diversas áreas as quais têm relação com seus projetos e escolhas, tanto na vida escolar como pessoal.

Considerando os múltiplos entendimentos sobre o que vem a ser pesquisa, cabe esclarecer que a Base compreende a pesquisa como: métodos relacionados à busca simples e confiável de informações para responder diretamente a uma questão; procedimentos para busca mais minuciosa e acurada de resposta a questões/problemas/conhecimentos já consolidados pelas ciências, de modo a possibilitar a vivência de métodos de investigação e de resolução de problemas; habilidades relacionadas à análise, síntese, reflexão e problematização no contexto de estudo e da produção e divulgação científica; domínio de procedimentos, gêneros e práticas de linguagem relacionadas a diferentes tipos de pesquisa: bibliográfica, experimental, de campo, entre outras; produção de

novos conhecimentos relacionados às comunidades e aos contextos locais, às culturas juvenis e aos temas de interesse dos jovens etc. (Brasil, 2018, p. 515).

Com essa concepção de pesquisa, a Base propõe parâmetros para a organização e o desenvolvimento do currículo que privilegiem a experimentação progressiva dos diferentes tipos de pesquisa e da diversidade de gêneros escritos, orais e multissemióticos⁵ ao longo dos três anos do ensino médio.

É proposta, também, a prática de formas variadas de apresentação dos resultados das pesquisas realizadas como escrita, expositiva, dialogada, interativa, que demandam diferentes modos de participação da audiência, com a utilização de vários recursos de apoio como slides, vídeos, animações, tanto de autoria própria como de outros.

No Quadro 3, são elencadas as habilidades do campo das práticas de estudo e pesquisa as quais apontam para a necessidade de os estudantes dominarem procedimentos de estudo, visando a uma autonomia na construção do conhecimento.

Quadro 3 – Habilidades do campo das práticas de estudo e pesquisa da BNCC – Ensino Médio.

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA	
PRÁTICAS	
Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica	
HABILIDADES	Competências específicas
(EM13LP28) Organizar situações de estudo e utilizar procedimentos e estratégias de leitura adequados aos objetivos e à natureza do conhecimento em questão.	3, 7
(EM13LP29) Resumir e resenhar textos, por meio do uso de paráfrases, de marcas do discurso reportado e de citações, para uso em textos de divulgação de estudos e pesquisas.	2, 3
(EM13LP30) Realizar pesquisas de diferentes tipos (bibliográfica, de campo, experimento científico, levantamento de dados etc.), usando fontes abertas e confiáveis, registrando o processo e comunicando os resultados, tendo em vista os objetivos pretendidos e demais elementos do contexto de produção, como forma de compreender como o conhecimento científico é produzido e apropriar-se dos procedimentos e dos gêneros textuais envolvidos na realização de pesquisas.	7

⁵ Gêneros multissemióticos são aqueles que envolvem o uso de diferentes linguagens (verbal, visual, audiovisual). A compreensão do texto multissemiótico envolve a identificação dos significados produzidos pelo conjunto dos recursos utilizados.

O direito à literatura, à luz de Antonio Candido: considerações acerca da leitura e da literatura no Ensino Médio

(EM13LP31) Compreender criticamente textos de divulgação científica orais, escritos e multissemióticos de diferentes áreas do conhecimento, identificando sua organização tópica e a hierarquização das informações, identificando e descartando fontes não confiáveis e problematizando enfoques tendenciosos ou superficiais.	1
(EM13LP32) Selecionar informações e dados necessários para uma dada pesquisa (sem excedê-los) em diferentes fontes (orais, impressas, digitais etc.) e comparar autonomamente esses conteúdos, levando em conta seus contextos de produção, referências e índices de confiabilidade, e percebendo coincidências, complementaridades, contradições, erros ou imprecisões conceituais e de dados, de forma a compreender e posicionar-se criticamente sobre esses conteúdos e estabelecer recortes precisos.	7
(EM13LP33) Selecionar, elaborar e utilizar instrumentos de coleta de dados e informações (questionários, enquetes, mapeamentos, opinários) e de tratamento e análise dos conteúdos obtidos, que atendam adequadamente a diferentes objetivos de pesquisa.	3
(EM13LP34) Produzir textos para a divulgação do conhecimento e de resultados de levantamentos e pesquisas – texto monográfico, ensaio, artigo de divulgação científica, verbete de enciclopédia (colaborativa ou não), infográfico (estático ou animado), relato de experimento, relatório, relatório multimidiático de campo, reportagem científica, <i>podcast</i> ou <i>vlog</i> científico, apresentações orais, seminários, comunicações em mesas redondas, mapas dinâmicos etc. –, considerando o contexto de produção e utilizando os conhecimentos sobre os gêneros de divulgação científica, de forma a engajar-se em processos significativos de socialização e divulgação do conhecimento.	3
(EM13LP35) Utilizar adequadamente ferramentas de apoio a apresentações orais, escolhendo e usando tipos e tamanhos de fontes que permitam boa visualização, topicalizando e/ou organizando o conteúdo em itens, inserindo de forma adequada imagens, gráficos, tabelas, formas e elementos gráficos, dimensionando a quantidade de texto e imagem por <i>slide</i> e usando, de forma harmônica, recursos (efeitos de transição, <i>slides</i> mestres, <i>layouts</i> personalizados, gravação de áudios em <i>slides</i> etc.).	7

Fonte: Brasil, 2018, p. 517-518.

As habilidades do campo das práticas de estudo e pesquisa, que constam do Quadro 3, evidenciam que a prática de leitura literária, bem como as outras linguagens, permite ao jovem adquirir, progressivamente, o domínio de procedimentos de coleta de dados, busca de informação, tratamento de dados e informações, assim como a socialização do conhecimento que produzem, experienciando os diferentes tipos de pesquisa (bibliográfica, experimental, descritiva, de campo e outras), e, ainda, conforme frisou Petit (2024, p. 9), os professores, “con la literatura, pretenden actuar en un nivel mucho más amplio que es de orden cultural, poético, educativo y, en ciertos aspectos, político”.

Após essa breve análise da BNCC com destaque às diretrizes nacionais voltadas para o ensino e a prática da leitura e da literatura no ensino médio, apresentam-se alguns dados de trabalhos

produzidos acerca do impacto das práticas (ou não práticas) de leitura no desempenho dos estudantes nesse nível de escolaridade.

Práticas de leitura impactam no desempenho dos estudantes de ensino médio

A leitura é uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento de várias habilidades e competências, incluindo pensamento crítico, interpretação textual, aumento do repertório cultural. Ela é de fundamental importância para o desenvolvimento individual e para a formação social e profissional, pois as práticas de leitura trazem o conhecimento de novas culturas e saberes e estimulam a educação permanente, tão necessária para o aperfeiçoamento profissional hoje em dia.

Os dados sobre o desempenho dos estudantes de ensino médio no Brasil são bastante preocupantes. Ter domínio da língua portuguesa é essencial para o cidadão e crucial para quem procura postos de trabalho mais elevados. Com o título “Português é o maior obstáculo para 83% dos jovens”, Lima (2022, *online*) apresenta dados de uma pesquisa realizada pelo Nube (Núcleo de Brasileiro de Estágios), que revelou que 8 em 10 estudantes têm desempenho insuficiente em língua portuguesa. Dos 59.776 candidatos que concorriam a vagas de estágio, somente 16% tiveram desempenho satisfatório em língua portuguesa e passaram para a segunda etapa do concurso. A coordenadora de recrutamento e seleção do Nube afirma que saber interpretar, ter uma boa redação e assimilar as regras da empresa são pontos imprescindíveis, porque:

Por meio da comunicação, o colaborador consegue ter um entendimento de quais são suas funções, bem como manter uma boa relação com gestores e colegas. Quando há desfalque dessa habilidade, pode haver dificuldades para compreender tarefas designadas e *e-mails* recebidos (Lima, 2022, *online*).

O artigo ainda apresenta o desempenho por área, o que demonstra que o desempenho dos estudantes do ensino médio, técnico e universitário está bem inquietante, frisou Helenice Resende, coordenadora de recrutamento e seleção do Nube:

Os estudantes do ensino médio ou técnico tiveram uma das piores performances: cerca de 89% dos 6,3 mil alunos

não atingiram bons resultados no teste. Dos 21.715 universitários de Administração, 83,4% (18,1 mil) foram reprovados. No ramo do Direito, foi ainda pior: 85,8% dos 2.042 analisados tiveram uma eficiência abaixo do esperado. As Engenharias representam uma realidade um pouco melhor: a taxa de aprovação ficou em 26,7% entre os 1.991 em busca de uma oportunidade. Os matriculados em Letras têm como uma das principais bases de ensino a língua portuguesa. Mesmo assim, o rendimento para esses foi aquém da expectativa: 85,5% de eliminados. Cerca de 79,5% dos futuros jornalistas também não atingem o mínimo para serem contratados. Quem almeja pegar o diploma em Pedagogia tem como missão capacitar as crianças do país, contudo, apenas 6,5% desses graduandos alcançam o êxito (Lima, 2022, online).

Por outro lado, os resultados das avaliações externas corroboram a demonstração desta terrível realidade: muitos alunos chegam ao ensino médio sem atingir um dos objetivos básicos do ensino fundamental, definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, ou seja, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Sabemos que essa fragilidade não é exclusiva do ensino médio. E sabemos, como já amplamente estudado e divulgado pelos pesquisadores da área, que atingir os objetivos preconizados pela LDB é um enorme desafio. É um percurso repleto de obstáculos, desde a estrutura física das escolas, a defasagem na aprendizagem dos estudantes, a desmotivação profissional por razão salarial e de recursos disponíveis para o trabalho pedagógico, a insuficiente formação literária dos professores de português, a carga horária excessiva e o pouco tempo para planejamento de aulas com qualidade, cumprindo metas curriculares, com muitos conteúdos a serem trabalhados em curto espaço de tempo, e a inexistência ou precariedade das bibliotecas escolares.

Em relação ao quesito específico de leitura, as avaliações nacionais (Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb) e internacionais (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – Pisa)⁶, largamente publicizadas pela mídia, informam uma posição bastante crítica do Brasil no cenário nacional e internacional. Essa realidade, no entanto, vai além da leitura e escrita, impactando diretamente a qualidade de ensino.

⁶ Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), na última aplicação, o Brasil ocupou a posição 59 em um ranking de 70 países no quesito leitura – 50,99% dos estudantes brasileiros ficaram no nível 2 de proficiência (em uma escala de 1 a 6) (G1, 2023, *online*).

Como documento de caráter normativo, a BNCC atribui destaque à adequação das propostas pedagógicas das escolas na direção de superar a imagem de que as atividades voltadas à leitura são de responsabilidade exclusiva dos professores de língua portuguesa. Toda a comunidade escolar deve participar ativamente desse processo, com destaque à biblioteca.

A formação de leitores sempre foi um desafio para a educação brasileira. E, atualmente, o desafio é maior ainda: como despertar nas crianças, adolescentes e jovens o prazer pela leitura numa sociedade em que o apelo das redes sociais, dos jogos tecnológicos e de tantos outros atrativos roubam-lhes o tempo e a atenção?

No ano de 2015, os dados sobre proficiência em língua portuguesa, divulgados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), apresentaram um desempenho inferior ao observado em biênios anteriores.

Pessoa e Andrade (2020) foram buscar as razões que levam os estudantes a terem esse comportamento tão alardeado, como “os jovens não sabem ler” ou “os jovens não gostam de ler”. As autoras afirmam que, na visão dos alunos, as estratégias utilizadas pelos professores denotam uma concepção de leitura mecanicista que não apresenta sentido para eles.

O estudo de Pessoa e Andrade (2020) revelou ainda que uma das reclamações dos estudantes foi a de que a escola deveria conhecer melhor o que eles gostam de ler e que ela poderia delegar a eles algumas escolhas de leituras e de temas, intercaladas com vídeos, filmes, revistas e, com isso, a atividade faria mais sentido para eles. De fato, a tecnologia e o uso da internet promoveram uma prática de leitura que necessita ser considerada pela escola.

Além disso, Pessoa e Andrade (2020) destacam que os estudantes afirmaram:

que a leitura escolar é muito formal, tornando a aprendizagem mais difícil. Fazem críticas quanto à forma como os professores solicitam as leituras no contexto escolar. Para eles, a preocupação maior não deveria ser apenas a resolução de situações escolares, mas o envolvimento com o contexto em que eles estão inseridos e levá-los a uma reflexão mais intensa, proporcionando-lhes conhecimentos para além das disciplinas escolares. Para eles, a leitura escolar serve somente para fazer

interpretações de texto e estas não possuem significados para os alunos. Os estudantes afirmam que ler algo de seu interesse pessoal os torna leitores autônomos e a leitura passa a ser mais interessante (Pessoa; Andrade, 2020, p. 12).

Silva e Borges (2020) relembram que a BNCC menciona a importância de a escola inserir as tecnologias digitais como parte do processo de ensinar e aprender “de modo a favorecer o desenvolvimento de conhecimentos, competências, habilidades e valores necessários para atuar nesse contexto de uma educação contemporânea” (Silva; Borges, 2020, p. 105).

No estudo realizado por Silva e Borges (2020), as autoras analisaram a BNCC na perspectiva das competências infocomunicacionais⁷. Embora não seja o foco do presente artigo tratar das questões relacionadas às competências em informação, tão cara para os bibliotecários, entende-se que a menção da perspectiva abordada pelas autoras mantém relação com o tema deste estudo, conforme consta da relação de habilidades do campo das práticas de estudo e pesquisa da BNCC, apresentada no Quadro 3. Nela, são apresentadas as habilidades definidas pela BNCC no campo da leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica, as quais apontam a necessidade de os estudantes dominarem procedimentos de estudo, visando a uma autonomia na construção do conhecimento.

Portanto, é evidente que a prática de leitura literária, bem como as outras linguagens, possibilitarão ao jovem adquirir, gradativamente, o domínio de procedimentos de coleta de dados, busca de informação, tratamento de dados e informações, assim como a socialização do conhecimento que produzem experienciando os diferentes tipos de pesquisa (bibliográfica, experimental, descritiva, de campo e outras).

Oportunamente, justifica-se a pertinência de mencionar as competências infocomunicacionais, mesmo sem aprofundá-las, pelo fato de ser uma questão que tangencia e subjaz o tema da presente pesquisa. Conforme as autoras afirmam:

⁷ Competências infocomunicacionais: convergência de conhecimentos, habilidades e atitudes que cada um põe em ação para localizar e usar a informação que necessita para suas atividades cotidianas, bem como interagir e atuar com outras pessoas.

Tanto nas competências presentes no documento da Base quanto nos estudos relacionados às competências infocomunicacionais, nota-se uma preocupação em contextualizar as propostas em um ambiente marcado pela presença das tecnologias digitais e suas influências na forma de lidar com as comunicações e relações. Cabe demarcar que não se trata de determinismo tecnológico, mas, sim, uma compreensão em acordo com Castells (1999), quando afirma que as tecnologias não determinam os rumos da sociedade, mas são os sujeitos, praticantes culturais, que definem as formas e se apropriam destes meios (Silva; Borges, 2020, p. 111).

Ao corroborar as autoras, quando afirmam que não é uma questão de determinismo tecnológico, salienta-se que é necessário levar em conta que as tecnologias da informação e da comunicação estejam presentes no cotidiano dos estudantes, independentemente de serem utilizadas pela educação formal. Imersos na cultura digital, os jovens na faixa etária de 14 a 18 anos ocupam grande parte das matrículas do ensino médio. Nesse sentido, a interação entre cultura e tecnologias digitais em que estamos envolvidos impele a escola e seus professores a repensarem o currículo e as práticas pedagógicas, sobretudo na educação básica, em que se encontra grande parte dos nativos digitais.

Considerações finais

A leitura literária, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), constitui elemento essencial para a formação integral do estudante, por favorecer o desenvolvimento estético, crítico e humano. No entanto, apesar de as diretrizes educacionais reconhecerem a importância da literatura como forma de conhecimento e expressão, o ensino literário no ensino médio ainda enfrenta obstáculos que dificultam sua concretização efetiva. Nesse contexto, torna-se necessário pontuar o distanciamento entre o que a BNCC propõe e o que se realiza nas salas de aula, articulando essa discussão com o princípio defendido por Antonio Candido (2011), para quem o acesso à literatura é um direito humano inalienável.

Verificou-se que a BNCC propõe que o trabalho com a literatura ultrapasse a mera leitura utilitária, promovendo experiências de fruição estética e reflexão crítica. No entanto, observa-se que, na prática escolar, o texto literário é frequentemente reduzido

a um instrumento para o ensino da gramática, da interpretação pragmática ou da contextualização histórica dos estilos de época. Assim, o potencial formativo e humanizador da literatura é muitas vezes negligenciado em favor de um ensino voltado para resultados imediatos e avaliações externas, como o Enem, que priorizam habilidades linguísticas mais técnicas.

Entre os fatores que explicam essa lacuna, destacam-se as condições estruturais e pedagógicas das escolas, como a falta de bibliotecas atualizadas, de acervos literários diversificados e de tempo pedagógico destinado à leitura prazerosa. Soma-se a isso a formação docente insuficiente, que nem sempre oferece subsídios teóricos e metodológicos para que os professores promovam práticas leitoras significativas. Fatores que não propiciam o desenvolvimento de um ensino que caminhe para além da transmissão de conteúdo.

Na contramão desse cenário, Cosson (2006) defende a proposta de letramento literário, enfatiza que o contato com o texto literário deve desenvolver no aluno a capacidade de atribuir sentidos, refletir sobre a linguagem e se reconhecer como sujeito de discurso.

Nesse mesmo sentido, Regina Zilberman (2003) ressalta que a literatura exerce um papel humanizador, pois possibilita ao leitor compreender a si e ao outro, promovendo empatia, imaginação e criticidade — valores indispensáveis à formação cidadã. Portanto, a presença da literatura na escola deve ir além do cumprimento de um currículo: trata-se de garantir ao estudante o direito de se encontrar com a arte da palavra como forma de conhecimento e de liberdade.

Diante desse cenário, a reflexão de Antonio Candido (2011) mantém-se profundamente atual. Para o autor, a luta pelos direitos humanos abrange também o direito à fruição da arte e da literatura em todas as suas modalidades, sem distinções elitistas entre cultura erudita e popular. A leitura literária, nesse sentido, é um direito de cidadania, pois assegura o acesso ao imaginário, à linguagem e à sensibilidade – dimensões essenciais da condição humana.

Assim, garantir o ensino efetivo de literatura no ensino médio significa mais do que cumprir uma exigência curricular: é afirmar o direito à literatura como expressão da dignidade humana. Promover esse direito implica investir na formação docente, nas políticas

públicas de leitura e na valorização da literatura como experiência estética e emancipatória. Só assim a escola poderá cumprir sua função de formar sujeitos críticos, sensíveis e conscientes de seu papel no mundo – concretizando, na prática, o ideal humanizador que sustenta a própria noção de educação democrática.

Referências

BRASIL. *Lei nº 13.415*. Altera a Lei de diretrizes e bases da educação nacional, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9393*. Lei de diretrizes e bases da educação nacional, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 26 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base nacional comum curricular: educação é a base*. Brasília, DF: MEC, [2018]. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 20 ago. 2025.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ouro sobre Azul; São Paulo, SP: Duas Cidades, 2011. p. 169-191. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3327587/mod_resource/content/1/Candido%20O%20Direito%20%20Literatura.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

LIMA, Vinicius. Português é o maior obstáculo para 83% dos jovens. *Nube*, 2022. Disponível em: <https://www.nube.com.br/blog/2022/05/25/portugues-e-o-maior-obstaculo-para-83-5-dos-jovens>. Acesso em: 10 ago. 2025.

PESSOA, Patrícia dos Santos; ANDRADE, Márcia Siqueira dos. Práticas de leitura e desempenho na escrita de alunos do ensino médio. *Revista do Centro de Ciências da Educação*, Florianópolis, SC, v. 38, n. 1, p. 1-8, jan./mar. 2020.

PETIT, Michèle. Somos quizá ante todo animales poéticos. *Conjectura: Filosofia e Educação*, Caxias do Sul, RS, v. 29, p. e024001, 2024. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/11727>. Acesso em: 2 abr. 2026.

RANKING da educação: Brasil está nas últimas posições no Pisa 2022; veja notas de 81 países em matemática, ciências e leitura. *G1*, 5 dez. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/12/05/ranking-da-educacao-brasil-estas-nas-ultimas-posicoes-no-pisa-2022-veja-notas-de-81-paises-em-matematica-ciencias-e-leitura.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SILVA, Daniela; BORGES, Jussara. Base Nacional Comum Curricular e competências infocomunicacionais. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, SP, v. 43, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2020.

ILBERMAN, Regina. *A leitura e o ensino da literatura*. São Paulo, SP: Contexto, 2003.